

Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005

Embargado até 12 de dezembro de 2005 às 15:00h

CAPITAIS DO NORDESTE SÃO AS MAIS DESIGUAIS

Região tem nove das 14 capitais com maior concentração de renda do Brasil e as quatro de maior iniquidade

O Nordeste é a região que abriga as capitais mais desiguais do Brasil, aponta um estudo feito pela Prefeitura do Recife e pelo PNUD com apoio do Ministério da Integração Nacional e da Fundação João Pinheiro. As nove capitais nordestinas estão entre as 14 sedes estaduais com maior desigualdade de renda, e quatro delas são as de maior iniquidade no país: Recife, Maceió, Salvador e Fortaleza.

As informações são do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife*, que reúne textos e um amplo banco de dados com indicadores socioeconômicos sobre a capital de Pernambuco. Embora se debruce sobre as desigualdades internas, o estudo estabelece comparações com outras metrópoles brasileiras, a partir de números do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Uma das conclusões dessa comparação é que entre 1991 e 2000 a desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini (principal indicador sobre o assunto) aumentou em 26 das 27 capitais brasileiras (a exceção foi Natal, onde se manteve estável). Em 2000, era maior no Recife e em Maceió: 0,68 numa escala de 0 a 1, em que 0 significa que todos têm a mesma renda e 1 que uma pessoa detém a renda de toda a sociedade. Esse resultado é classificado de "absurdamente alto" pelos pesquisadores que prepararam o *Atlas no Recife*.

Em Salvador e Fortaleza, o índice era de 0,66 — pouco acima de Teresina e São Luís, ambas também nordestinas, e de Palmas, Cuiabá e Belém (todas com 0,65). O índice era de 0,64 em Natal e Aracaju, também no Nordeste, e em Manaus e Brasília. Em João Pessoa, a capital menos desigual da região, era de 0,63. Um degrau abaixo estavam São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Rio Branco, Porto Velho e Macapá (todas com 0,62). Em situação um pouco melhor, Vitória, Porto Alegre, Goiânia e Campo Grande registravam um índice de Gini de 0,61 em 2000. Sob esse critério, as capitais menos desiguais do país eram Curitiba (0,59), Boa Vista (0,58) e Florianópolis (0,57).



Capital	Índice de Gini - 2000	Índice de Gini - 1991
Aracaju	0,64	0,62
Belém	0,65	0,60
Belo Horizonte	0,62	0,61
Boa Vista	0,58	0,57
Brasília	0,64	0,61
Campo Grande	0,61	0,58
Cuiabá	0,65	0,60
Curitiba	0,59	0,55
Florianópolis	0,57	0,55
Fortaleza	0,66	0,65
Goiânia	0,61	0,57
João Pessoa	0,63	0,62
Macapá	0,62	0,56
Maceió	0,68	0,62
Manaus	0,64	0,57
Natal	0,64	0,64
Palmas	0,65	0,63
Porto Alegre	0,61	0,57
Porto Velho	0,62	0,57
Recife	0,68	0,67
Rio Branco	0,62	0,60
Rio de Janeiro	0,62	0,61
Salvador	0,66	0,65
São Luís	0,65	0,61
São Paulo	0,62	0,56
Teresina	0,65	0,63
Vitória	0,61	0,58

Fonte: PNUD; IPEA; FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. CD-ROM.

Uma comparação com o Relatório Global de Desenvolvimento Humano 2005, do PNUD, indica que mesmo a capital catarinense tem um índice de desigualdade equivalente ao do 12º país mais desigual do mundo, o Chile (0,571). O número do Recife só não é pior que o da Namíbia, o país com maior concentração de renda (0,707).

É também em capitais do Nordeste que os ricos abocanham a maior parte da renda. A região abriga seis das sete capitais mais desiguais sob essa perspectiva. Em Maceió, por exemplo, 56,42% da renda era apropriada pelos 10% mais ricos – o pior resultado do país, seguido de Recife (55,07%), Teresina (55,02%), Belém, única do topo que não fica no Nordeste (54,34%), São Luís (54,25%), Fortaleza (54,02%) e Salvador (53,59%). Entre as capitais nordestinas, a menor proporção estava em João Pessoa (49,44%); em todo o país, Florianópolis era a capital em que os 10% mais ricos se apropriavam da menor parcela da renda (41,77%).



A participação dos mais pobres na renda total, do mesmo modo, é menor em capitais do Nordeste. Das seis sedes estaduais com pior indicador, quatro estão na região. Em Maceió, os 20% mais pobres ficavam com 1,4% da renda, resultado similar ao do Recife (1,43%). A lista das seis piores é completada por Manaus, onde os 20% mais pobres se apropriavam de 1,56% da renda, Salvador (1,58%), Aracaju (1,66%) e Brasília (1,73%). O melhor resultado, entre as capitais, é o de Macapá (2,96%).

“Os dados sobre desigualdade confirmam o quadro generalizado e enraizado de desequilíbrio na distribuição de rendimentos contra a ampla maioria da população. Tal desigualdade é ainda maior nas capitais, ou seja, no núcleo dos grandes centros metropolitanos, e mais acentuada nas regiões menos desenvolvidas — em particular no Nordeste”, observa o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife*.

O estudo salienta, porém, que a desigualdade no topo da pirâmide social é igualmente grande em todas as regiões: nas metrópoles brasileiras, em média três quartos da renda dos 20% mais ricos são apropriados pela elite desse grupo, os 10% mais ricos. “Em todos os casos tal indicador [a razão entre as proporções da renda total apropriadas pelos 10% mais ricos e pelos 20% mais ricos] supera os 70%, apresentando pequena dispersão, e se situando próximo à média de 75%”, aponta um dos textos disponibilizado no Atlas. “Isso significa que não só é grande a diferença entre os que pertencem aos estratos mais ricos e aqueles que se situam nos estratos mais pobres, mas que na parte superior da distribuição é muito grande a diferença de renda entre os super-ricos e o restante dos ricos”.

A desigualdade marcante e duradoura faz os pesquisadores questionarem a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro ocorrido nas últimas décadas. “As sociedades tidas como desenvolvidas são sempre muito mais homogêneas. Ter uma pequena elite moderna — que experimenta excelente padrão de vida — não define uma sociedade como desenvolvida. A presença de uma maioria excluída, com precários índices de acesso a condições decentes de vida, serve como elemento de questionamento à sustentabilidade do processo que se construiu”, afirma o estudo.

Para mais informações:

Maria das Graças Paiva: (81) 3232-9728

José Carlos Libânio: (61) 8111-0372